

EDITAL DE INSCRIÇÃO (RESUMO EXPANDIDO) - PROGRAMA DE PÓS
GRADUAÇÃO STRICTO SENSU COMUNICAÇÃO

**COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO HUMANITÁRIA INCLUSIVA E A INCLUSÃO
DE PESQUISADORES COM DEFICIÊNCIA NOS PROGRAMAS DE PÓS-
GRADUAÇÃO STRICTO SENSU NO BRASIL**

Renata Elias Juliotti (renata.juliotti@gmail.com)

Cilene Victor (cilene.victor@metodista.br)

O presente resumo expandido tem como objetivo discutir os limites e as possibilidades da Comunicação e da Educação Humanitária Inclusiva como referenciais teórico-metodológicos para compreender e ampliar a inclusão de pessoas com deficiência nos programas de pós-graduação stricto sensu no Brasil. A problemática da pesquisa fundamenta-se no reconhecimento de que, apesar dos avanços legais e institucionais no campo da educação inclusiva, o ingresso, a permanência e o protagonismo de pesquisadores com deficiência ainda enfrentam barreiras estruturais, comunicacionais e culturais. Nesse sentido, busca-se analisar em que medida a comunicação inclusiva e a perspectiva humanitária da educação podem fornecer caminhos para a formulação de protocolos de inclusão que superem a lógica de cotas formais e avancem para uma prática transformadora no ambiente acadêmico.

O referencial teórico articula contribuições da Comunicação Humanitária Inclusiva (Chouliaraki; Vestergaard, 2021; Victor, 2021), dos Disability Studies e Media Disability Studies (Shakespeare, 2006; Ellcessor; Kirkpatrick, 2017), da Educação Inclusiva (Moriña, 2017; Figueira, 2017; Armstrong, 2007), bem

como das teorias da luta por reconhecimento (Honneth, 2003) e da justiça social (Fraser, 2008). A base normativa ancora-se na Constituição Federal de 1988, na Lei Brasileira de Inclusão (2015) e na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), reforçando o paradigma dos direitos humanos como orientador da análise.

Metodologicamente, adota-se uma abordagem qualitativa, composta por revisão sistemática de literatura, análise documental de legislações, políticas públicas e editais de fomento. Essa triangulação metodológica visa identificar barreiras e oportunidades concretas para a inclusão no âmbito dos programas de mestrado e doutorado, com atenção especial aos desafios da mobilidade acadêmica nacional e internacional.

Os resultados preliminares apontam que a participação de pessoas com deficiência no ensino superior, embora crescente desde a década de 2000, ainda é significativamente reduzida nos programas *stricto sensu*. Dados do IBGE (2010) e do Censo do Ensino Superior (2019) revelam índices de acesso e conclusão muito inferiores em comparação à população sem deficiência, configurando desigualdade estrutural persistente. A Portaria Normativa MEC nº 13/2016 induziu ações afirmativas (incluindo PcD) nos PPGs. Em 2020, sua revogação foi tornada sem efeito pela Portaria MEC nº 559/2020, restabelecendo a indução às cotas em pós-graduação (BRASIL, 2016). Além disso, barreiras comunicacionais, ausência de suporte institucional adequado e uma cultura acadêmica marcada por práticas capacitistas limitam o protagonismo desses pesquisadores. Os dados levantados revelam um paradoxo estrutural: apesar de um marco normativo robusto — sustentado pela Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2009) e pela Lei Brasileira de Inclusão (2015) —, a presença de pessoas com deficiência na pós-graduação brasileira continua incipiente e invisibilizada. Essa contradição se explica por um conjunto de fatores que atuam em cadeia: barreiras no acesso ao ensino superior, onde apenas 7,4% das PcD no Brasil têm curso superior completo, contra 19,5% da população sem deficiência, escancarando a falta de políticas institucionais homogêneas e a escassez histórica de dados específicos no *stricto sensu*.

A análise dos dados sugere que o desafio brasileiro vai além da garantia formal de cotas: é necessário investir em apoios financeiros, tecnologias assistivas, adaptações curriculares, formação docente e mudança cultural dentro dos programas de pós-graduação. A Comunicação e a Educação Humanitária Inclusiva, ao enfatizarem a escuta ativa, a ética da dignidade e a transformação

estrutural, oferecem um referencial teórico-metodológico inovador para transformar práticas isoladas em uma política sistêmica e integrada de inclusão. Nesse contexto, a Comunicação e a Educação Humanitária Inclusiva se apresentam como ferramentas centrais para a formulação de novos protocolos acadêmicos. Ao valorizar a escuta ativa, o reconhecimento das vozes historicamente marginalizadas e a ética da dignidade humana, tais abordagens promovem uma visão de inclusão que ultrapassa a adaptação técnica, consolidando-se como prática social transformadora. Essa perspectiva pode inspirar diretrizes para agências de fomento e instituições de ensino, de modo a ampliar o acesso e a permanência de pesquisadores com deficiência em programas de pós-graduação, assegurando não apenas o cumprimento de direitos, mas também a participação plena e significativa no campo científico.

Conclui-se que a construção de uma academia inclusiva exige repensar tanto os protocolos institucionais de acesso e permanência, quanto as práticas comunicacionais e pedagógicas. A integração dos princípios da Comunicação Humanitária Inclusiva e da Educação Humanitária pode viabilizar uma transformação estrutural, em que a diversidade seja entendida não como concessão, mas como fundamento indispensável para a produção de conhecimento crítico e socialmente comprometido. Dessa forma, o estudo pretende contribuir para o avanço do debate sobre a inclusão de pessoas com deficiência no *stricto sensu*, oferecendo subsídios teóricos e práticos para a consolidação de uma ciência mais justa, plural e acessível no Brasil. Em síntese, a inclusão de pesquisadores com deficiência no *stricto sensu* brasileiro ainda se encontra em um estágio embrionário, mas há sinais de avanço normativo e institucional que podem ser potencializados pelo uso dos novos dados censitários da CAPES, pela articulação entre políticas de Estado e iniciativas universitárias, e pela incorporação de abordagens críticas que tratem a diversidade como fundamento epistemológico da produção científica.

Palavras-chave: comunicação humanitária inclusiva; educação inclusiva; pós-graduação *stricto sensu*; pessoas com deficiência; inclusão acadêmica.